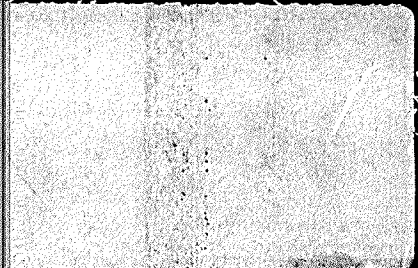


FRANCISCO GERALDO PEREIRA - MJ QOPM
WILLIAN EFIGÊNIO DA SILVA - CAP QOPM
WASHINGTON SOARES DE FREITAS - CAP QOPM

COMBATE EM AMBIENTE FECHADO E AMBIENTE DE ALTO RISCO (FAVELA)



COLÂNIA - GO
OUTUBRO DE 2007

FRANCISCO GERALDO PEREIRA – MAJ QOPM

WILLIAN EFIGÊNIO DA SILVA – CAP QOPM

WASHINGTON SOARES DE FREITAS – CAP QOPM

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

COMBATE EM AMBIENTE FECHADO E AMBIENTE DE ALTO RISCO (FAVELA)

GOIÂNIA – GO

OUTUBRO DE 2007

FRANCISCO GERALDO PEREIRA – MAJ QOPM

WILLIAN EFIGÊNIO DA SILVA – CAP QOPM

WASHINGTON SOARES DE FREITAS – CAP QOPM

COMBATE EM AMBIENTE FECHADO E AMBIENTE DE ALTO RISCO (FAVELA)

Trabalho Técnico – Pedagógico, elaborado para fins de avaliação final do Curso de Instrutor de Tiro – 5º CIT/2007, ministrado pela Academia da Polícia Militar de Goiás, sob orientação do Cap QOPM André Henrique Avelar de Souza.

GOIÂNIA – GO

OUTUBRO DE 2007

O importante é perseguir o ideal, o que não é fácil, pode até ser difícil, mas não impossível.

Neimar de Barros

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	05
II – DESENVOLVIMENTO	07
1. Combate em ambiente fechado ou ambiente de alto risco	07
1.1 – Princípios das equipes no combate em ambientes fechados ou ambientes de alto risco	07
1.2 – Objetivos das equipes no combate em ambientes fechados ou ambientes de alto risco	07
1.3 – Técnicas de combate em amb. fechados ou ambientes de alto risco	08
2. Progressão em ambiente fechado ou ambiente de alto risco (favela)	08
2.1 – Combate em ambiente fechado ou de alto risco por equipe convencional	11
2.2 – Combate em ambiente fechado ou de alto risco por equipe especializada	11
3. Postura do policial para o combate em ambiente fechado ou de alto risco	13
4. A verbalização no combate em ambiente fechado ou de alto risco	13
5. Fundamentação legal da abordagem policial	14
6. Liderança no combate em ambiente fechado ou de alto risco	14
7. O relacionamento do comandante com a imprensa	16
III – CONCLUSÃO	22
BIBLIOGRAFIA	24

I – INTRODUÇÃO

A favela é um fenômeno de cidade grande. A falta de investimento, por parte do governo, em infra-estrutura nas cidades do interior, por exemplo, é um dos motivos que levam as pessoas a se mudarem para as cidades grandes, em busca de educação, trabalho ou até mesmo de melhoria de vida.

Outro motivo é os grandes proprietários de terra que, mecanizando os meios de produção na lavoura e pecuária, deixam milhares de famílias sem emprego e elas acabam deixando o campo para tentar a vida nas cidades grandes. Este foi um dos motivos que criou o Movimento dos Sem Terra, quando, na Região Sul, milhares de famílias, sem terra para plantar e sobreviver, migraram para outras regiões, se organizaram em torno de um mesmo objetivo e passaram a exigir do governo por que não queriam viver como favelados à margem da cidade grande.

Além disso, tem o problema da seca no Nordeste que, quando prolongada, expulsa milhares de pessoas para o sul, são os retirantes.

Finalmente, a própria cidade grande cria seus próprios favelados quando os prefeitos não conseguem administrar bem a cidade e o governo não cria condições favoráveis aos pequenos fabricantes, que são os que mais dão emprego.

Esta multidão de excluídos da sociedade urbana e rural, quando chega a cidade, procura ocupar os espaços que encontra vazios. E, por outro lado, a cidade grande não tem condições para receber tanta gente.

Qualquer lugar serve para a construção do barraco: encostas de morro, terrenos baldios, alagados, embaixo dos viadutos e pontes, margem de riachos. Os barracos já nascem velhos e condenados. São feitos com sobras de qualquer material. Tudo serve para a construção: zinco, latas, papelão, tábuas, caixotes, etc.

Esses fatores marginalizam a população, diminuindo as oportunidades de trabalho, educação, saúde, pela ausência das ações de competência do Estado, dando margem a radicação do crime, onde traficantes de drogas e armas se impõe pela força da impunidade, vez que estão instalados em locais de acesso restrito que dificulta as ações policiais.

Em contrapartida, as ações policiais nesses ambientes, que não possuem sequer ruas e sim becos, exigem treinamentos e equipes especializadas, além do uso de armamento, munições e equipamentos adequados à situação. É nesse momento onde há uma diferenciação no trabalho de uma equipe tática e uma equipe convencional de policiais.

Outro fator a ser observado é a não previsão legal por parte do Procedimento Operacional Padrão – POP, criado através da Portaria nº 256/PM – 021/04 – PM – 1, publicada no BG nº 134 de 20/07/04, de qualquer ação tática por parte das equipes convencionais. Desta forma houve a necessidade de criação e treinamento das equipes táticas para atuação nestes casos específicos, contudo favelas, não é problemas somente de capitais cidade com maior potencial de desenvolvimento, atraí pessoas, e em muitos casos as organizações policiais não se estruturam na medida do crescimento dos problemas urbanos trazidos com o desenvolvimento.

Desta forma, em inúmeros casos, o cotidiano das equipes policiais convencionais é de ações em ambientes de alto risco, com exemplos de combate em ambientes fechados, incursões em favelas, ocorrências com tomada de reféns, assaltos a bancos, etc, situações em que uma equipe convencional quase que na totalidade é a primeira a se deparar com o problema.

Daí a problemática surgida, o combate em ambiente fechado e em ambiente aberto de alto risco, deve ser executado, somente por uma equipe especializada?

As equipes policiais convencionais devem executar combates nos ambientes hostis?

II – DESENVOLVIMENTO

1. Combate em ambientes fechados ou ambientes de alto risco

No combate em ambientes fechados ou de alto risco (favelas), existem várias denominações para esta ação, a qual é muitas vezes confundida com “guerra em ambiente urbano”, que é muito mais abrangente.

É um tipo de ação policial no qual se emprega um conjunto de táticas e técnicas quando a proximidade com o alvo for mínima. O cenário típico desse tipo de intervenção de ação cirúrgica, é o ambiente urbano, com prédios, casas, apartamentos e quartos. É caracterizado pela velocidade, agressividade e aplicação, precisa da força letal.

1.1 – Princípios das equipes no combate em ambientes fechados ou de alto risco (favelas):

- a. Surpresa;
- b. Agressividade (rapidez e firmeza em todas as ações);
- c. Mobilidade;
- d. Velocidade (tempo necessário para deslocamento com segurança);
- e. Comunicação (voz, gestos e rádio de forma rápida e objetiva);
- f. Precisão;
- g. Trabalho em equipe;
- h. Compromisso com o uso da força letal.

1.2 – Objetivos das equipes no combate em ambientes fechados ou de alto risco (favela):

- a. Dominar o ambiente;
- b. Neutralizar a ameaça;
- c. Identificar pessoas (agressores e vítimas);

d. Controlar a situação;

e. Restabelecer a normalidade.

1.3 – Técnicas de combate em ambiente fechado ou de alto risco (favela):

a. Objetivo (minimizar o risco vivido pelos policiais em um adentramento);

b. Silhueta (a redução de silhueta, com o uso do colete antibalístico minimiza o risco do policial ser atingido por um projétil);

c. Condução da arma (a arma sempre acompanha direção do olhar do policial – técnica do 3º olho);

d. Cobertura e abrigo (cobertura - cobre do olhar do oponente, não protege de projéteis – abrigo – cobre do olhar e do fogo do oponente);

e. Angulação;

f. Gancho;

g. Visualização rápida;

h. Fatiamento;

i. Transposição de Obstáculo;

j. Corredor da morte;

l. O espelho;

m. Formações;

n. Técnicas de progressão;

o. Entradas;

p. Entradas forçadas;

q. Diagramas táticos;

r. Funções dos membros das equipes táticas.

2. Progressão em ambiente fechado ou de alto risco (favela)

Esta técnica foi desenvolvida no Brasil pelo BOPE da PM/RJ, pela necessidade de agir no caos das ruas apertadas e estreitas de invasões nos morros e encostas da cidade do Rio de Janeiro. As favelas se tornaram uma área hostil à policiais, devido ao tráfico de drogas e o crime organizado e constitui um grande obstáculo para as ações policiais, pois normalmente os criminosos tem uma visão privilegiada, posicionando-se estrategicamente no cume dos morros. O BOPE despertou respeito de unidades militares estrangeiras por agir nesses ambientes de alta dificuldade, onde equipe de policiais sem treinamento específico, sem efetivo que demonstre supremacia de força, sem armamento confiável, facilmente seria eliminadas pelo fogo das armas dos criminosos que agem ao arripio das leis implantadas pelo Estado Democrático de Direito, na contramão dessas leis, o crime organizado age sob a égide de normas próprias, impostas pelo poderio das armas e do terror, financiadas pelo tráfico de drogas.

O deslocamento e a progressão em uma área ou situação de risco, deve ser realizado em conjunto com as técnicas de controle de área e uso constante de proteções. Busca aproximar o policial de seu objetivo. Os policiais devem constantemente buscar deslocar-se de forma ordenada, objetivando segurança e sucesso. É de suma importância adaptar nosso deslocamento ao ambiente da ação policial.

Controle de área é o princípio empregado durante os deslocamentos que orienta os policiais a manter o controle visual da maior área de abrangência possível ao seu redor, controlando o ambiente com o intuito de garantir segurança em todas as direções. Também chamada de controle 360°. Cada policial deve ser responsável por uma área específica, liberando seu companheiro para guarnecer outra direção.

Nesses deslocamentos o policial deve tomar o máximo de cuidado quando tiver que passar pelo cone da morte, o qual constitui-se como todas as aberturas de portas e janelas de onde pode convergir uma agressão ao policial. Nos deslocamentos, varreduras e entradas, nenhum policial deve se expor no vão livre das aberturas, sob pena de ser facilmente alvejado. O policial deve optar por fazer a passagem desses vãos de forma rápida e preferencialmente com cobertura de um parceiro, tomando o cuidado de fazer o fatiamento antes da passagem.

O policial deve constantemente avaliar o ambiente a sua volta para detectar pontos onde poderá se proteger em caso de agressão, seja com disparo de arma de fogo, até carro desgovernado que durante uma abordagem pode avançar sobre os policiais.

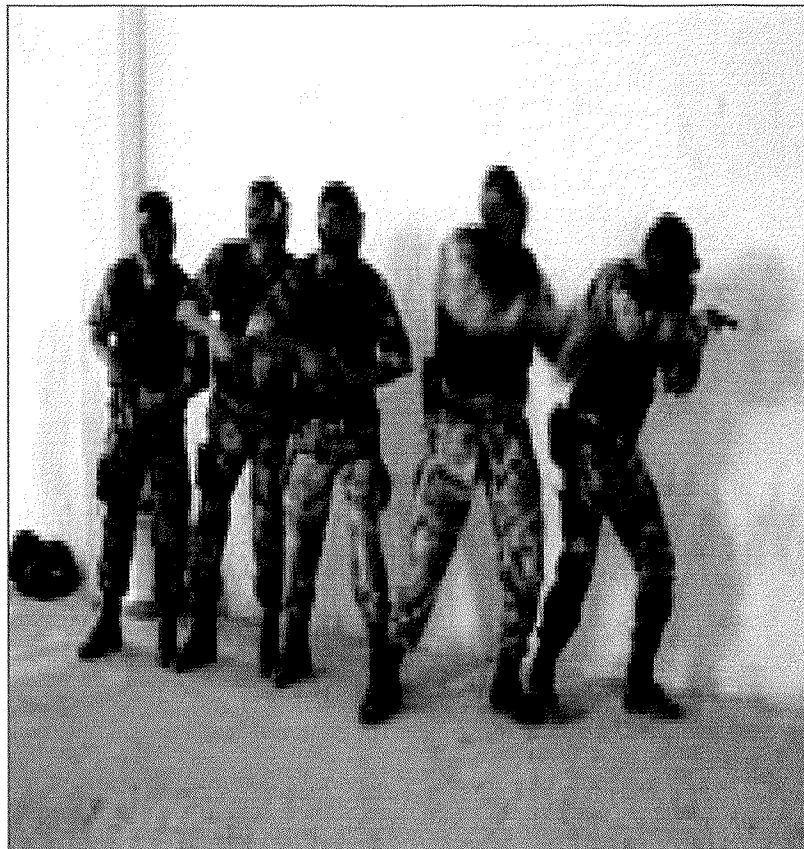
Obstáculos também podem ser usados para ocultar a presença policial e favorecer o princípio da surpresa em uma ação policial.

Para fazer o devido uso das proteções, o policial deve estar atento aos conceitos de cobertura e abrigo. Coberturas são todas condições, objetos ou obstáculos que ocultam a silhueta do policial, impedindo sua visualização, contudo, não oferece proteção antibalística. Já os abrigos, são todos os objetos que protegem o policial do fogo agressor, podendo ou não ocultar a silhueta.

Basicamente, podemos definir os deslocamentos, em situações de risco, da seguinte forma:

a. Deslocamento Lento

Se você deseja se aproximar de seu objetivo sem ser notado, precisará deslocar fazendo o mínimo barulho possível, utilizando sinais de mãos para se comunicar, fone de ouvido para comunicação pelo rádio ou o volume reduzido. Dependendo da situação, o rádio poderá estar desligado, fazendo contatos periódicos com o posto de comando. Medidas simples podem favorecer a surpresa e impedir a vontade de reagir do suspeito. É importante ainda manter desligado aparelhos celulares e alarmes de relógios, devendo também estarem bem condicionados quaisquer objetos metálicos que possam produzir ruídos.



b. Deslocamento rápido

Nesta hipótese de deslocamento, a preocupação principal é atingir rapidamente o objetivo, não havendo maior preocupação em passar despercebido, embora a segurança deva ser preservada. Pense taticamente, principalmente quanto a questão de planejamento de sua movimentação no terreno. Outro item que determina a escolha do processo de progressão será o tipo de cobertas e abrigos existentes. Dependendo do local e distância a ser percorrida, pode-se optar por deslocar-se com maior ou menor rapidez.

2.1 – Combate em ambiente fechado ou de alto risco por equipe convencional.

Ocorrência com características para emprego de tropa especializada, porém com emprego de equipe convencional, em razão da urgência da situação, da indisponibilidade de uma equipe especializada próxima, pode ocasionar os seguintes fatores:

a. Positivos:

- Resposta imediata à ação delituosa;
- Sensação de segurança.

b. Negativos:

- Comprometimento da segurança da equipe e da vítima;
- Número inadequado de policiais para cumprir a missão;
- Falta de meios materiais para a transposição de obstáculos;
- Falta de treinamento específico das equipes convencionais para combate em ambientes de alto risco;
- Alta probabilidade de insucesso no cumprimento da missão;
- A inexistência de procedimento operacional padrão para as equipes convencionais em combate de alto risco;
- Improvisação e desconhecimento do terreno etc.

2.2 – Combate em ambiente fechado ou de alto risco por equipe especializada.



a. Pontos Negativos

- Ausência de equipes em todas as OPM;
- Alto custo para a manutenção das equipes;
- Número de ocorrência que exige uma ação especial é considerado pequeno em Goiás.
- Falta de efetivo capacitado para esse fim.

b. Pontos positivos:

- Maior probabilidade de sucesso nos confrontos;
- Ações com supremacia de força;
- Tropa treinada e integrada;
- Utilização de meios materiais adequados;
- Utilização de técnicas comprovadamente eficazes;
- Armas e munições compatíveis;
- Ações planejadas;
- Emprego de agente de inteligência na produção de informações;
- Menor exposição da comunidade a erros da polícia;

- Ações escudadas em ordens e fundamentos legais;
- Empregos de meios que dão maior segurança aos integrantes das equipes.

3. Postura do policial para combate em ambiente fechado ou de alto risco

A postura que um policial dever ter para enfrentamento em situações de risco é aquela em que o mesmo se situa em condições de oferecer respostas imediatas a uma agressão atual ou eminente.

A postura mais recomendada tem sido a posição de SAS (oriunda do Special Air Service, Unidade Especial do exercito inglês). Esta posição baseia-se no princípio de uma posição natural de expectativa e deslocamento corporal, preparado para a ação.

A postura do policial exige ainda um comportamento disciplinado de controle de armas, baseado em três princípios:

a. Visão de Túnel – É a forma do Estado de pânico. É um foco inadequado: o policial trava sua atenção muito cedo ou muito tarde, em um único estímulo, perdendo toda a capacidade de alerta do entorno. Para evita-la o policial deve olhar por cima da arma, mesmo quando empunhando na altura dos olhos.

b. Controle da Arma – Sempre desviar o cano da arma da direção de pessoas não suspeitas ou de outros policiais. Quando não oferecer perigo, trazer a arma na posição sul.

c. Técnica do terceiro olho – É assim chamada a técnica utilizada pelo policial quando no deslocamento e/ou vavredura. Essa técnica consiste em apontar sempre a arma que empunhamos, na direção em que olhamos, com os olhos antecipando-se alguns segundos ao cano da arma, com aproveitamento da visão periférica.

4. A verbalização no combate a ambiente fechado ou de alto risco

A verbalização é a técnica mais comumente utilizada para efetuar prisões de suspeitos. Quando realizada de modo correto minimiza os riscos e maximiza os resultados durante uma abordagem policial.

O policial deve reduzir as possibilidades de confronto. Ao proceder a abordagem, explique através de comando, cada ação que o suspeito deve realizar. Trate-o com dignidade e

respeito utilizando uma linguagem profissional. O fato do suspeito simplesmente olhar para você não é uma ofensa ou desafio.

Esteja sempre preparado, pois é difícil prever o que pode acontecer quando você ordenar ao suspeito: POLICIA! PARADO! Ele poderá obedecer ou sair correndo ou até mesmo efetuar disparos de arma de fogo. O momento é tenso, esteja preparado para tudo. A energia nos comandos pode evitar o uso da força física ou o uso da arma de fogo. Não é adequado ameaçar ou proferir palavras de baixo calão, apelidos ou frases que possam ofender ou humilhar. Seja profissional! A postura e o linguajar do policial poderá angariar admiração, o que é útil no arrolamento de testemunhas e resolução de ocorrências.

Caso o suspeito desobedeça, não encerre os comandos, pode ser que o mesmo não esteja ouvindo os seus comandos por vários fatores. A maior parte das ocorrências é resolvida através da verbalização, por esse motivo o policial necessita desenvolver a habilidade de se comunicar claramente.

5. Fundamentação legal da abordagem policial

A sociedade brasileira vive a “era dos direitos”, onde os princípios importantes como a dignidade da pessoa humana, direito à vida, presunção da inocência, direito à intimidade e a liberdade de locomoção, balizam o comportamento social e a atuação dos policiais brasileiros.

Sendo assim, a execução de ações como abordagens podem ser realizadas desde que seguidas por uma técnica policial definida e devidamente fundamentada, conforme exigência legal.

O combate em ambiente fechado ou de alto risco são encontros hostis entre forças opostas. Eles são planejados e executados para atingir objetivos específicos. Para a lei e ordem, o objetivo é geralmente prevenir um ato criminoso, prender um criminoso, e manter ou restaurar a ordem pública. Suas atividades operacionais devem ser conduzidas dentro da lei. Seu sucesso é medido pela habilidade ou incapacidade de alcançar os objetivos de sua missão.

6. Liderança do comandante no combate em ambiente fechado ou de alto risco

Definição de Liderança

Liderança é o processo de influenciar subordinados ou outros para cumprir uma missão. É baseado em habilidades pessoais de influência e persuasão em vez de ser baseado em **posição formal** ou **autoridade legal**. Liderança envolve as relações pessoais de uma pessoa para outra. É a habilidade de usar personalidade para diretamente influenciar as atitudes e performance de outros. Estilos pessoais de liderança são amplos e bastante variados, freqüentemente sendo personalizados para a organização, pessoal e a missão em si. O processo de liderança ajudará o comandante a ganhar a cooperação espontânea dos seus subordinados.

Traços de um Líder

- **Porte/Ostentação** aparência, maneira de se portar, confiança e apresentação.
- **Coragem** reconhece o medo do perigo, porém controla este medo para aceitar responsabilidade e agir de acordo. Defendendo o que é certo e aceitando a culpa quando falhar.
- **Decisivo** em interpretando fatos, formulando decisões, apresentando planos. Pronto para pedir idéias dos seus subordinados
- **Confiável** voluntário apoio de políticas e ordens uma vez que estas ordens foram comprovadas sólidas e lógicas.
- **Resistência** capaz de suportar dor, fadiga, estresse, etc. Disciplina pessoal, coragem e firmeza são essenciais para desenvolver resistência.
- **Entusiasmo** ser capaz de demonstrar interesse sincero e zelo na execução de suas obrigações
- **Iniciativa** percebendo o que deve ser feito e tomando ações sem receber ordens
- **Integridade** princípios morais firmes e as qualidades da verdade e honestidade – um senso de obrigação e dever
- **Julgar** ser capaz de pesar os fatos e soluções em que basear suas decisões. Sendo objetivo e retirar emoções do processo de tomar decisões. Ser capaz de procurar conselhos quando lhe falta conhecimento para poder tomar uma decisão segura.

- **Justiça** a aplicação imparcial de méritos e punição de acordo com os méritos do caso em questão. Tratar todos de uma maneira justa e consistente.

- **Conhecimento** da missão de suas atividades e daquelas do seu subordinado. *Atualiza-se nos acontecimentos atuais nacionalmente e mundialmente também com relação à tecnologia relacionada ao seu trabalho.*

- **Lealdade** ao país, organização, superiores, colegas e subordinados. Não sendo “puxa saco”

- **Tato** tratar os outros como gostaria de ser tratado

- **Não ser egoísta** colocar o conforto e bem estar de subordinados acima do seu próprio e dividindo as dificuldades e perigos com eles.

Princípios de Liderança

- **Conhecer a si mesmo e procurar melhoramento pessoal:** procurar opiniões dos outros, praticar aquilo no que você está fraco.

- **Ser proficiente técnica e taticamente:** educa-se

- **Procure e tome responsabilidade por suas ações:** procure responsabilidades, aceite críticas, admita erros.

- **Impor o exemplo:** de estar em forma fisicamente e taticamente, porte/ostentação, emoções, lealdade e profissionalismo.

- **Desenvolver o senso de responsabilidade em seus subordinados:** delegar tarefas, não supervisioná-los em excesso, reconhecer realizações, elogiar em público, criticar em particular.

- **Certificar-se que a tarefa foi compreendida:** emitir ordens claras e concisas, explicar o porquê, não deixar dúvidas.

- **Treinar e motivar subordinados:** metas específicas e alcançáveis.

- **Manter-se dentro das capacidades de sua unidade:** podemos cumprir a missão com os recursos disponíveis.

7. O Relacionamento do comandante com a imprensa

Estamos na era da informação. Estamos cercados por fontes de informação pública em forma de mídia: televisão, rádio, filmes e jornais. Em sociedades democráticas, a polícia existe para proteger o público – para resguardar suas vidas, suas liberdades e propriedades. Isto freqüentemente restringe acesso a áreas de perigo iminente tal como em uma situação de reféns ou suspeito barricado. O papel da mídia é de coletar informação, especialmente notícias e levar esta informação ao público em geral da forma mais rápida possível. Situações com reféns são situação de grande valor para a mídia. A relação entre a polícia e a mídia é sujeita a estresse criado pelas exigências competidoras dos seus respectivos trabalhos. A relação pode ser benéfica ou não, dependendo de como é coordenada esta relação.

Papeis Competidores

Durante uma situação de crise, sempre existe a chance de conflito entre a polícia e a mídia. Isto é especialmente verdadeira quando eles são unidos durante operações em progresso sem coordenação anterior, ou antes, de serem definidas regras. A preocupação principal da mídia é obter notícias de primeira mão, enquanto a notícia está acontecendo. Este tipo de cobertura exige acesso relativamente livre da área onde o incidente está acontecendo.

Como lidar com a mídia representa um dilema para a polícia. Geralmente um incidente exige isolamento para proteger o público. As metas diferenciadas da polícia e da mídia certamente terminarão em conflito, pois cada um vê o outro como interferência com suas funções e responsabilidades sociais. O que a polícia vê como procedimentos táticos importantes para proteger vidas, a imprensa vê como restrições desnecessárias violando seu direito legal de coletar e publicar notícias e de estar no local na hora que a notícia está sendo criada.

Oficiais policiais já discutiram que o direito de proteger vidas sobreponha o direito do público de saber, especialmente quando se diz, respeito à velocidade que esta informação está sendo transmitida e não a informação em si. É inevitável que o público ficará sabendo, porém, para o momento os direitos e vidas das vítimas e policiais constituem a preocupação imediata da polícia. A maioria da polícia entende que em uma sociedade democrática, a mídia tem o direito legal de coletar e divulgar notícias. Também, a mídia responsável entende a

necessidade de não interferir com a polícia em sua tarefa de proteger o público. É de vital importância, portanto que um relacionamento sadio entre a mídia e a polícia seja definido anteriormente a acontecimento de um incidente. Senão maiores problemas serão criados.

Problemas Potenciais – Polícia/Mídia

Existe varias maneiras em que um contingente não controlado da mídia pode comprometer uma operação.

1. Interferindo com o processo de negociação;
2. Revelando planos e operações da força tática;
3. Revelando identidades de reféns de alto perfil / alto risco;
4. Encorajando os suspeitos a continuar a resistir fornecendo cobertura e distribuindo propaganda dos mesmos.
5. Fornecendo aos suspeitos reféns adicionais através da sua própria captura;
6. Causando reação publica adversa a esforços policiais através do sensacionalismo;

Problemas Potenciais – Mídia/Polícia

A mídia tem feito reclamações de como a Polícia interfere com a liberdade da imprensa em vários casos:

1. Resposta de “sem comentários” ao solicitar informações;
2. Implantação de informação falsa;
3. Acesso negado a pontos de vantagem para obter filmagens ou fotografias do local do incidente;
4. Acesso negado a testemunhas e outro pessoal que pode fornecer informação sobre a situação;

5. Maus tratos, apreensão de máquinas fotográficas e filmes, etc;
6. Falta de apoio com os repórteres que tenham um prazo para entrega de artigos;
7. Favoritismo para com alguns representantes da mídia.

Política e Procedimento para tratar a Mídia

1. A Polícia deve com uma só voz
 - Estabelecer uma política departamental de como relações com a mídia serão conduzidos;
 - Estabelecer uma única pessoa para tratar com a mídia (relações públicas);
 - Todos os assuntos relativos à mídia devem ser direcionados a este Relações Públicas;
 - O Relações Públicas deve ter uma visão geral sobre o plano operacional;
 - O Relações Públicas deve entender o que é considerada informação sensível e o que é conhecido como “notícia”;
2. A Mídia será fornecido informações e acesso conforme necessidades de segurança à operação;
 - Forneça a mídia informação / acesso suficiente para deixá-los contente;
 - Para poder fazer seu serviço a mídia precisa de informação de qualidade e em tempo;
 - Permitir acesso ao local somente o necessário para manter a segurança da polícia e reféns;
 - A mídia deve ser escoltada pelos policiais para garantir que eles não passem das limitações;
3. Todos da mídia devem receber tratamentos iguais
 - Repórteres são competitivos e tem medo de perder para seus competidores;

- A maioria dos repórteres fará qualquer coisa para conseguir uma historia;
 - A qualidade da noticia é somente tão bom quanto a qualidade de informação passada para mídia;
 - Mantenha a mídia em um só local – não deixe que indivíduos passem por ai ou que recebam tratamento especial;
4. Usar a Mídia como auxilio para executar suas tarefas.
 - Estabelecer uma sala de conferência/impressa;
 - Fornecer acesso periódico a elementos chaves (comandantes, testemunhas);
 - Seja ciente quanto a prazo de entrega de artigos para que briefings com a mídia possam ser adequadamente preparados;

Deveres de um Relações Públicas e seu Equipe

1. Serve como a voz do departamento policial;
2. Informa pessoal do departamento quanto a política departamental quanto a mídia e pedidos de informação;
3. Estabelecer e administrar o centro de briefing da Mídia;
4. Informando a mídia quanto às regras do jogo;
5. Fornecendo escolta para mídia ver o local do incidente;
6. Distribuir informações relevantes à mídia;
7. Coordenando conferencias e aparições de comandantes, etc;
8. Coordenando demonstração de equipamento e táticas policiais;
9. Coordenando entrevistas com testemunhas, investigadores, etc.

Bases para um Bom Relacionamento com a Mídia

1. Serve como a voz do departamento policial;

2. Seja claro quanto às regras do jogo;
3. Não discrimine;
4. Evite ser pego de surpresa por estar desinformado. Fique atualizado quanto à situação;
5. Não fabrique ou exagere informação;
6. Informe fatos, não suposições;
7. Evite dizer algo que você não queira que seja gravado;
8. Evite “encarar” a mídia;
9. Evite dar sermões em representantes da mídia;
10. Leve em consideração os prazos de entrega de artigos/notícias.

III – CONCLUSÃO

A grande diferença na distribuição de renda, a falta de acesso à educação, falta de uma política efetiva de segurança pública, acabam por gerar mais violência e sensação de insegurança. Tudo isso faz com que o povo brasileiro se sinta atemorizado. Com o aumento da criminalidade, há mudança no perfil da atividade criminosa: prosperam o crime organizado, com os delinquentes mais especializados e violentos.

A polícia é o aparelho do Estado cuja função é assegurar a ordem pública e particular, mediante limitações impostas à liberdade coletiva e individual do cidadão.

Nesse contexto, deve o policial, devidamente preparado, respeitar os direitos dos cidadãos, pois polícia não é sinônimo de violação dos direitos humanos, ela deve agir dentro da legalidade.

Assim, na maioria das vezes em que uma ocorrência acontece em locais fechados ou de alto risco, não temos à disposição uma tropa especializada para atender a ocorrência e a tropa convencional acaba por fazê-lo, na maioria das vezes sem o preparo devido para tal mister. O que acaba por complicar a situação ao invés de simplificá-la ou resolvê-la.

Logo, entendemos que deveríamos ter em locais estratégicos do Estado, tropas capacitadas para o atendimento dessas ocorrências, com um treinamento constante da tropa convencional para lidar com tais situações.

Destarte, quando isso ocorrer, estaremos vendendo melhor a imagem da corporação, prestando um serviço de excelente qualidade, deixando a população satisfeita com nossa atitude.

De modo que todas essas ações fossem normatizadas e cumpridas para agirmos dentro da legalidade, sem desrespeitar o direito do cidadão.

Soluções encontradas:

- Setorizar os grupos de patrulhamento tático, controlar, coordenar, o cumprimento dos preceitos para instalações e utilizações de tropas especializadas nas sedes dos CRPM, ou em cidades com número considerado de habitante e em fronteiras com outros Estados, o que nem sempre acontece.
- Vincular os treinamentos à ROTAM e BPMChoque;

- Manter tropa reserva com treinamento específico;
- Fazer previsão orçamentária para suprir as necessidades materiais das equipes especializadas.

BIBLIOGRAFIA

Quality – Treinamentos Especializados Ltda – **Gerenciamento de crises** – Negociação, 1975, Porto Alegre – RS.

O Gerenciamento de Crises nos Estados Unidos da América – FBI – 1975.

O Gerenciamento de Crises no Brasil – IN 08/88 – DPF – Portaria 736/96 – COT/PF.

LOBÃO, Célio – **Direito Penal Militar** – Ed. Brasília Jurídica, 11ª Edição, 2003, São Paulo – SP.

FILHO, Edemundo Dias de Oliveira – **Serviço de Inteligência Policial**, Goiânia – GO, 2006.

Código de Processo Penal Brasileiro, Editora Saraiva, 41ª edição, 2001, São Paulo – SP.

FLORES, Eurico Marcelo e GOMES, Gerson Dias – **Tiro Policial** – *Técnicas sem fronteiras*, Editora Evangraf. Ltda, Porto Alegre – RS, 2006.

Instituto Braudel, **Insegurança Pública**, *reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*, Ed. Nova Alexandria, São Paulo – SP, 2002.

Manual de Procedimento Operacional Padrão, Goiânia – GO, 2005 – 2ª edição – PMGO.